

---

Programa de Pós-Graduação em Educação  
Universidade do Estado do Pará  
Belém-Pará- Brasil



---

Revista Cocar. V.15 N.32/2021 p.1-8

ISSN: 2237-0315

---

**Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**

*Education against barbarism: for democratic schools and the freedom to teach*

Eliete Vicentin Filipini  
Universidade Estadual de Maringá – UEM  
Paraná-Brasil

**Resumo**

Contra-pondo-se ao discurso falacioso que se baseiam em estatísticas e rankings, o livro Educação **contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**, organizado por Fernando Cassio, especialista em políticas públicas de educação, convidou um grupo de corajosos autores para um debate franco sobre as ameaças que rodeiam a educação pública e gratuita.

**Palavra-chave:** Educação, Democracia, Barbárie.

**Abstract**

Opposing the fallacious discourse that is based on statistics and rankings, the book Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar, organized by Fernando Cassio, a specialist in public education policies, invited a group of courageous authors to a frank debate about the threats that surround public and free education.

**Keyword:** Education, Democracy, Barbarism.

Em *Educação contra a Barbárie: Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*, Fernando Cássio, organizador da obra, reuniu vários textos que compõem o livro, trazendo um coletivo de pessoas que mostram uma recusa contra a barbárie, fazendo uma reflexão fundamentada cientificamente, para pessoas que querem praticar uma educação libertária e democrática. O livro se divide em três partes: A Barbárie Gerencial, A Barbárie Total e a Educação Contra a Barbárie.

Fernando Cássio, doutor em ciências pela USP, é professor da Universidade Federal do ABC e tem estudado desigualdades educacionais, processos de financeirização na educação básica e participação política na educação. Faz parte do grupo de pesquisa Direito à Educação, Políticas Educacionais e Escola (DiEPEE/UFABC). Participa da Rede Escola Pública e Universidade e da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

A primeira parte do livro, intitulada a Barbárie Gerencial, reúne oito subcapítulos, que juntos discorrem sobre a lógica empresarial que está sendo inculcada na educação. Nos dias atuais, diretores não são mais “diretores”, mas sim gestores. São as chamadas inovações, aquilo que na indústria é conhecido como eficiente e eficaz. A escola se torna uma linha de produção ou um módulo financeiro, onde a educação é transformada em mercadoria e o interesse do privado sobressai sobre o público.

A comunidade escolar está cada vez mais envolvida numa teia, onde, por exemplo, a tecnologia, que poderia ser uma aliada na inovação pedagógica, metodológica do ensino aprendizagem, se torna “dona” do momento, desqualificando professores e rebaixando o sistema público. São mostrados nos textos da primeira parte que no geral o problema da educação pública não é falta de dinheiro, mas sim de uma boa gestão. O recurso existe e é enviado, porém a administração é falha e desperdiça tal recurso.

Nos subcapítulos da primeira parte, é mostrado que “a barbárie gerencial tenta destruir as escolas de fora para dentro” como diz Fernando Cássio, onde tratam de políticas educacionais, de direitos a educação, na generalizada situação do ensino médio, que com a última reforma se transformou em um produto para o capitalismo e sua exploração do direito a educação, aprofundando a barbárie com

uma aliança de estado e capital. Apresentam-se nessa primeira parte os interesses do privado no sistema público, onde a educação se torna cada vez mais uma mercadoria, onde a aprendizagem sozinha, sem a relação de ensino-aprendizagem, transforma a educação em repetição do currículo, deixando de ser uma educação libertadora, comprometendo a formação do aluno.

O tratamento dado a EAD também chama a atenção, pois a mesma está sendo gestada pela ótica capitalista, onde reforça que a educação é uma mercadoria, o interesse do capital acaba por destruir o sentido da educação a distância, desqualificando a formação do estudante. E, ao fim da primeira parte, uma análise sobre os financiamentos educacionais do sistema público, e do financiamento agraciado pelo governo à educação privada, deixando de investir em universidades públicas. Por meio do FIES e PROUNI a união investiu muito em financiamento no setor privado, o que aumentou o lucro dos grupos investidores da educação.

Na parte II, A Barbárie Total, o objetivo é “arruinar a escola a partir de dentro”. É o momento da violência, do negacionismo, do machismo, racismo, de todo tipo de ódio que pode ser praticado. É o que se apresenta como Anti-intelectualismo que está em voga. Perdeu-se a liberdade de ensinar, passou a se menosprezar o conhecimento, mostrando que a educação no formato vigente é incompetente e deve passar por mudanças drásticas.

A parte II tem início com um texto bem definido sobre as políticas educacionais na primeira infância. Associa a educação da criança de até 3 anos aos cuidados familiares como imprescindíveis, uma visão conservadora e tradicional. É aqui praticado uma disputa em definir políticas educacionais para a alfabetização na primeira infância que vem sendo elaboradas mais por economistas, empresários da educação ou reformadores da educação do que por educadores. Explorada com fins lucrativos, a criança educada no momento certo pode gerar um retorno grande no futuro.

Esse pensamento de que a criança deve estar no meio familiar durante seus primeiros anos de vida escolar, acarreta a outra ideia conservadora que vem surgindo nos últimos tempos que é o homeschooling (educação escolar em casa). Um ambiente escolar é plural, estimula o convívio social, a cooperação, o trabalho

em equipe e contribui no desenvolvimento da empatia entre outras coisas. Isso são características de um espaço escolar, que sofre ameaças por parte das autoridades vigentes, com a proposta de homeschooling. O ataque às escolas se dá muitas vezes como alternativa aos ataques feitos aos professores, ou ao material didático mal interpretado pelos cidadãos que apoiam esses tipos de políticas e políticos. Medo? Talvez seja. A luz sempre acomete os obscuros, assim aquele que é ignorante tem medo da liberdade gerada pelo conhecimento e a sala de aula se torna inimiga. Existe uma ameaça à docência e à educação democrática.

Educação democrática vem sendo atingida diretamente na disseminação da ideia de militarização das escolas. Chega-se a um momento em que o sistema educacional corrente foi tão questionado e colocado em cheque que a “única alternativa” passou a ser a prática da militarização escolar como se essa fosse a única forma de corrigir o que está tão errado.

A falta de investimento e de políticas públicas educacionais sempre voltadas para interesses escusos, aliado a planos de governo e não de planos educacionais estruturados, fazem parecer que a militarização é o caminho correto. Tratar o tema de forma pueril e dar exemplos de acontecimentos isolados são técnicas de convencimento sociais utilizadas para pôr em prática essa política intolerante.

A essa intransigência, se alia a intolerância religiosa praticada contra as religiões de matriz africana e indígena. A falta de conhecimento gera atos ignorantes e desrespeitosos. Para respeitar é preciso conhecer, e tolerar é uma prática pedagógica difícil para aquele que não tem conhecimento de causa. Preconceito contra religiões africanas é o racismo disfarçado e mascarado enraizado em nosso país, e combater o preconceito religioso é também combater o racismo e uma forma para isso é debater religiões afro-indígena em sala de aula. A escola tem papel preponderante nesse processo. É necessário lutarmos por uma escola laica, que não quer dizer antirreligiosa.

Debate e combate são práticas que devem ser utilizadas para defender a ciência haja vista que tem sido amplamente atacada pelos novos velhos políticos que alcançaram o poder máximo da nação. O governo Jair Bolsonaro escancarou uma guerra contra a ciência e contra os intelectuais, promovendo uma discórdia

arrebatedora da sociedade com a ciência e por meio do seu discurso de ódio fez com que uma parte da sociedade brasileira travasse uma guerra contra a ciência, os intelectuais e a academia. Governo federal conseguiu através de seu discurso de ódio fazer com que uma parte da sociedade brasileira travasse uma guerra contra a ciência, os intelectuais e a academia.

A escola é uma instituição que também não escapou do crivo dos neointelectuais. A ela destinou-se um projeto singular, mas não novo, o Escola Sem Partido, a censura ao ato de lecionar é antiga. Professor sempre se torna o culpado, ele sempre está despreparado ou desqualificado aos olhos do ultraconservador, moralista e ideologicamente mal-intencionado, o tipo mais reacionário da nossa sociedade. Com o golpe de 2016 e de quebra a condescendência da mídia, também reacionária e interesseira, deixou o ambiente preparado para a mensagem de que os maus resultados nos 'rankings' da educação são consequência de professores "marxistas" e de que o ensino estava sendo substituído por doutrinação ideológica. Em pleno século XXI existe uma necessidade de defender o direito de ter uma escola pública laica e que possa pensar.

Uma onda de neutralidade superficial e um conservadorismo ultrajante é espalhado tentando censurar a escola e a liberdade do professor de ensinar. A isso se junta a ideologia de gênero, que vem sendo deturpada, passando a ideia de que a escola está tomando o lugar dos pais na educação dos filhos influenciando estes com ideias e valores que vão contra a família. A escola sempre está no ponto central do debate em que o direito à educação acaba sendo substituído por ataques que visam "desestabilizar o caráter público e laico da instituição escolar como espaço de formação crítica e de socialização para o convívio social, plural, cidadão e democrático".

Essa nova onda conservadora que voltou a assombrar o país ataca sem dó um dos intelectuais mais aclamados no mundo todo: Paulo Freire. Atacado desde sempre, só fez ensinar o próximo e principalmente, transformar a vida do menos favorecido com a educação. Paulo Freire acreditava que com educação o ser humano se tornaria mais consciente e crítico nas decisões de seus destinos e conseqüentemente politizados.

Esta segunda parte do livro, nos mostra com clareza um emaranhado de estratégias, de métodos, de táticas, de esquemas, de formas, de mecanismos, de medidas para implodir a escola pública de dentro para fora. São “criados” tantos caminhos mentirosos que chega a ser enfadonho esses esforços. Políticas educacionais específicas voltadas para primeira infância, militarização de escola, intolerância religiosa, racismo, ódio. Para essa velha política subterfúgio não falta, mas sobra demagogia, falsidade e dívidas de favores para com os setores capitalistas.

Porém, a escola resiste e a terceira parte do livro, *Educação contra a Barbárie*, começa abordando a rebeldia, a revolta e a indignação. Somente deixando aflorar esse tipo de sentimentos para questionar o *status quo* instaurado como regra absoluta. Há de se indignar contra a opressão e se rebelar para que a mesma deixe de existir. E como diz Condorcet “A verdadeira educação faz cidadãos indóceis e difíceis de governar”, conseqüentemente agente do próprio destino.

Os desafios a serem superados são muitos, a educação popular e a participação social são um meio para superar a intransigência política. “Cabe lutar por representatividade, efetividade e pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão democrática.” (PONTUAL, p.163) O ponto crucial é superar os espaços encontrados pela direita, como mídias, redes sociais, e criar meios através da educação que contribuam para se ter uma consciência crítica da realidade vivida.

Consciência crítica que, o livro didático mercadológico oferecido pelo Estado para os professores da escola pública, não tem. Os recursos educacionais devem ser produzidos por quem pisa o chão da escola, ele deve ser feito por aquele que conhece o público atendido. O Recuso Educacional Aberto (REA), foi uma estratégia do governo Requião no Paraná como formação de professores, e foi tão bem avaliado que se transformou em outro projeto chamado Livro Didático Público, utilizado no ensino médio naquele momento. O REA é a oportunidade de contar a história não mostrada nos livros didáticos, é uma quebra de paradigmas no processo escolar

Rupturas de paradigmas de ensino é o próximo capítulo do livro, onde a educação indígena ensina-nos sobre pluralidade, diversidade e sobre democracia. É

apresentada uma análise sobre o modelo de educação indígena e como ele se coloca no enfrentamento da barbárie. Que luta contra “a estratégia falida de (re) colonização programada do Estado brasileiro.”

E esses paradigmas vêm sendo desconstruídos a décadas pelo Movimento dos Sem-Terra (MST), com a pedagogia da resistência, um modelo de educação que parte de experiências vividas e são praticadas nos acampamentos e assentamentos, onde entendem a educação como um processo de formação humana. O “MST busca a formação e o desenvolvimento pleno do ser humano em suas diversas capacidades...”, (MARIANO, p.178) esse modelo educacional incomoda muitos, pois parte do pressuposto de defender a escola pública e é contra a educação como mercadoria.

Nesse momento de negação do passado como forma de construir um novo presente para propagandar o neoliberalismo traz à tona uma necessidade: o revisionismo histórico. Tenta-se destruir uma narrativa hegemônica da história contada pelos dominadores. É o sujeito do presente tomando controle do seu passado, é um aceno para professores, estudantes e todos que quiserem ser personagem principal da história, atuando ativamente na escola.

As ocupações da escola paulista em 2015 geraram consequências positivas para o meio educacional, dessas ocupações saíram alunos com visões diferentes sobre as escolas. Para construir uma escola inclusiva é necessário romper com velhos estereótipos de ensino, é necessário ensinar ao aluno as diferenças e que essas podem ser trabalhadas de forma saudável. Para se ter cidadãos diferentes é necessário uma escola que ensine sobre as diferenças seja de classe, de cor, de religião, de gênero ou de orientação sexual. Uma escola que ajude o indivíduo a ser quem ele é. A Rede Escola Pública e Universidade (REPU) também nasceu das ocupações das escolas paulistas em 2015. A REPU realiza pesquisas que visam qualidade e ampliação da educação, e principalmente forçar o diálogo entre escola e governo de forma democrática.

E é nesse sentido que o livro se encerra, falando sobre democracia. O ensino leve e responsável praticado pelo educador democrático é o caminho para uma aula alegre e comprometida que leva o aluno a transgredir. A pedagogia democrática

conduz o aluno a dialogar, a participar, a se libertar do tradicionalismo imposto pelo velho estereótipo pedagógico.

O livro mostra a importância do debate de questões tão sensíveis na conjuntura atual. Traz à tona temas que afligem a sociedade e que estão sendo silenciados por políticas velhas e tendenciosas que querem autoritariamente impedir os “gritos dos oprimidos” e calar a voz dos que lutam por direitos de se expressarem e de serem quem são. Há uma necessidade na educação pública de conhecimentos científicos e tão diretos como esses descritos no livro para educadores de todas as idades. O livro é uma importante referência para todos os educadores, trazendo uma análise que se opõe ao tradicional discurso repetido por autoridades governamentais, com uma linguagem de fácil compreensão que simplifica o entendimento do assunto.

Enfim, a pertinência do assunto é tamanha que só reforça a importância da leitura de *Educação contra a Barbárie: Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*, principalmente pelo momento vivido no que tange às políticas públicas voltadas para educação. Este presta um grande serviço a todos os educadores comprometidos com suas responsabilidades educacionais.

## **Referência**

CASSIO, Fernando. **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar: organização Fernando Cássio; prólogo de Fernando Haddad.** - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.

## **Sobre a autora**

### **Eliete Vicentin Filipini**

Mestranda no Departamento de Educação da Universidade Estadual de Maringá (início em abril de 2020) - Especialização em História das Revoluções e Movimentos Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); Especialização em Docência e Prática do Ensino em História pela Faculdade Campos Elísios, Graduação em História pela Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí (2008) e graduação em Gestão da Produção Industrial pela Faculdade Cidade Verde (2013) - Atualmente é secretária na Escola Estadual Honório Fagan – EF. Email: [filipini\\_@outlook.com](mailto:filipini_@outlook.com); [pg402722@uem.br](mailto:pg402722@uem.br)  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0123-0919>

Recebido em: 17/05/2021

Aceito para publicação em: 29/08/2021